

Economia Brasil

Ajuste fiscal passa a ser a prioridade

GAZETA MERCANTIL

por Claudia Safatle
de Brasília

O "coração" da inflação, sem os efeitos sazonais, está na faixa de 1 a 1,5% ao mês. Nada indica que essa variação mudará muito ao longo deste ano, que acumularia uma taxa anual de cerca de 20%, conforme estimativas do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros.

Ontem, a FIPE divulgou a inflação de 1,25%, em dezembro, medida pelo IPC, índice só superior à taxa de 0,82%, apurada em setembro último, e que foi beneficiado pela redução nos reajustes de preços dos alimentos. A diferença entre a terceira e a última quadrissemana de dezembro, na área de alimentação, foi de uma variação de 0,71 para apenas 0,10%, respectivamente.

Com a inflação sob controle, chegou a hora de começar uma nova etapa do plano de estabilização. "Como numa corrida de revezamento de 400 metros, temos de começar a passar o bastão", comparou Mendonça de Barros. Na segunda semana de gestão do novo governo, os economis-

tas começam a construir as formas para reduzir a importância relativa das âncoras monetária e cambial, até agora ponto de sustentação da inflação em baixa, deslocando o eixo para um novo regime fiscal, equilibrado e mais duradouro.

"Temos de passar o bastão, também, de uma economia indexada para uma economia sem indexação", citou o secretário, e de um cenário em que o setor privado fez um "mix" entre ocupação da capacidade ociosa com importação para uma fase de aumento efetivo da capacidade produtiva com novos investimentos.

"O primeiro teste de adequação da oferta ao novo patamar da demanda será

(Continua na página 5)

O Ministério do Planejamento deve concluir nesta semana os estudos para eliminar o desequilíbrio do Orçamento de 1995. O Planejamento terá de ampliar ainda mais os cortes de gastos para anular o desembolso adicional de R\$ 5 bilhões em razão do reajuste de 22,07% concedido aos servidores.

(Ver página 5)

POLÍTICA ECONÔMICA

Econ. Brasil Ajuste fiscal...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

no setor agrícola e a resposta foi aumento da produção e da produtividade, menor pressão de custos, maior salário real e menos pressão sobre salário nominal. A próxima safra deverá colher 75 milhões de toneladas", prevê Mendonça de Barros. Na indústria, onde o ciclo de produção é mais longo, essa resposta será mais demorada. Mas este ano será crucial para que o setor privado, em cada segmento, em cada empresa, decida se "será um grande importador ou se abrirá uma nova fábrica".

A questão monetária e cambial também foi discutida na reunião ministerial de sexta e sábado passado, e, segundo uma fonte que esteve presente a esse encontro, teria ficado claro que a política cambial tal como conduzida até agora é "passageira" e que é preciso desmontar as amarras do controle monetário para, reduzindo os juros, incentivar os novos investimentos.

Mendonça de Barros não quis comentar sobre o câmbio. Segundo ele, a equipe econômica ainda vai ter que conversar sobre esse tema nos próximos dias, preparando-se, assim, para alterar o "peso relativo do mix das políticas monetária, cambial e fiscal". O plano de estabilização só será duradouro se a ênfase da ancoragem for fiscal, reafirmou.

Isso não significa que as mudanças de rota de câmbio e no controle da oferta de moeda só serão efetivadas quando o governo tiver o ajuste fiscal, promovido pelas reformas constitucionais, aprovado pelo Congresso. Trata-se de um processo que será tocado paulatinamente, flexibilizando um compulsório aqui, mexendo no câmbio ali, sem mudanças bruscas nem sustos.

"O que deu zebra no México foi a falta de confiança na política fiscal, que levou problemas ao câmbio. O

México acabou carregando uma dívida pesada de curto prazo, os 'tesobonds', que não são nada mais do que as nossas LTM de 28 dias, pressionadas", salientou o secretário de Política Econômica, para quem a crise cambial mexicana trouxe algo de bom para o País: primeiro, foi um alerta de que o ajuste fiscal é a chave do programa e, também, porque reduzirá os ingressos de capitais de curto prazo para cá, o que por si só já melhoraria a performance do mercado de câmbio.

O modelo de desindexação e o fim dos diversos indexadores que ainda sobrevivem (IPC-r, TR, Ufir), também não foram decididos pela equipe econômica, ainda. Não está acertado se os salários continuarão até junho corrigidos pelo IPC-r (completando o ciclo das datas-base) ou se o IPC-r será extinto antes e feito um sistema de passagem.

"Eu ainda estou chegando", comentou Mendonça de Barros, que está remontando a Secretaria de Política Econômica e trouxe o economista professor da FIPE Guilherme Dias para ajudá-lo. Dias cuidará das questões macroeconômicas, e de uma das suas especialidades: financiamentos à agricultura. Recém-instalado em Brasília, Mendonça de Barros ainda disputa com o secretário de Acompanhamento Econômico, José Milton Dallari, o que há de melhor na secretaria. Dallari, que ficou com toda a parte de abastecimento e preços da Sepe, está levando os melhores funcionários, fax, computadores, etc.

A secretaria de Mendonça de Barros caberá cuidar de algumas áreas prioritárias da política econômica: propostas e medidas para a redução do chamado "custo Brasil", formulação de uma política fiscal compatível com inflação baixa, privatização e fontes de financiamento para a agricultura, entre outras.

10 JAN 1995